

**SUMÁRIO**

- Proteção Social na Periferia do Capitalismo:  
considerações sobre o Brasil 3  
*Marcio Pochmann*
- Federalismo e Políticas Sociais no Brasil:  
problemas de coordenação e autonomia 17  
*Marta Arretche*
- Governos Locais e Gestão de Políticas Sociais Universais 27  
*Celina Souza*
- Sustentabilidade, o Desafio das Políticas Sociais no Século 21 42  
*Ruth Cardoso*
- A Organização da Política Social do  
Governo Fernando Henrique 49  
*Sergio Tiezzi*
- A Reconversão do Social:  
dilemas da redistribuição no tratamento focalizado 57  
*Anete Brito Leal Ivo*
- Política Social no Brasil:  
prioridades erradas, incentivos perversos 68  
*José Márcio Camargo*
- A Improvisação na Concepção de Programas Sociais: muitas  
convicções, poucas constatações – o caso do primeiro emprego 78  
*Felícia Reicher Madeira*
- Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural 95  
*Ivaldo Gehlen*
- O Programa Fome Zero no Contexto das  
Políticas Sociais Brasileiras 104  
*Maria Carmelita Yasbek*
- Direito Público Subjetivo e Políticas Educacionais 113  
*Clarice Seixas Duarte*

**NOTA DO EDITOR**

Este número marca o início de nova fase da *São Paulo em Perspectiva*, com novo editor e preparação de futuras alterações no padrão editorial. Tendo como desafio principal manter o elevado padrão editorial construído pelo editor anterior, professor Miguel Chaia, esperamos que a rede de colaboradores da revista se amplie, bem como seu papel de veículo de disseminação do debate acadêmico e científico e de reflexão sobre a realidade socioeconômica nacional.

O tema deste número – políticas públicas e sociais – é de grande relevância e atualidade e apresenta textos instigantes ao debate, com pluralidade de enfoques e de objetos de análise. O primeiro artigo, numa perspectiva histórica, discute a proteção social na periferia do capitalismo e mostra que o pequeno aparato social construído no Brasil a partir de 1930 passou a ser fortemente questionado desde a crise dos anos 80. Em seguida, discute-se o federalismo nas políticas sociais, observando-as a partir dos governos central e local.

O debate sobre o projeto teórico de focalização em contraposição à universalização das políticas sociais é abordado em três artigos que têm como referência o projeto implantado no país, a partir dos anos 90. De forma competente e com grande embasamento teórico e empírico, duas análises defendem a focalização e uma critica aquele modelo.

Em seguida, um bloco de quatro artigos faz avaliações das políticas públicas específicas. O primeiro, mostra que os programas sociais brasileiros têm um viés pró-idoso e outro anticriança, o que os torna pouco eficientes no sentido de diminuir a desigualdade da renda e pobreza. Uma análise do Programa Jovem Cidadão: meu primeiro emprego, implementado pelo Governo do Estado de São Paulo, a partir dos fatos e processos definidores do programa, mostra os equívocos cometidos em sua formulação e sugere a ampliação de pesquisas sociais comparadas para evitar que os mesmos se repitam. Um estudo sobre a agricultura familiar brasileira indica que políticas públicas eficientes dispensam políticas sociais compensatórias. Há, ainda, algumas reflexões sobre o Programa Fome Zero.

Por fim, o regime jurídico aplicável ao ensino fundamental é abordado em artigo que analisa o direito público subjetivo e as políticas sociais.

Os textos deste número, ao enfrentarem temas tão importantes, contribuem para a reflexão sobre a efetividade da ação do poder público na área das políticas sociais e fornecem valiosos subsídios para a formulação de novos programas.